

Alienação e fetichismo em Marx e suas relações com o tema da autonomia na contemporaneidade*

Alienation and fetishism in Marx and his relations with the theme of autonomy in contemporary times

Rodrigo Otávio Gonçalves e Silva**

Resumo

O presente artigo refere-se a uma síntese sobre os temas da alienação e do fetichismo em Karl Marx, objetivando compreender suas relações com o tema da autonomia na contemporaneidade, assim como a necessária relação desta com a questão ética. Foi preciso desvendar, sob a luz do pensamento marxiano, os significados da alienação e do fetichismo, ambos significando notáveis mudanças introduzidas pela moderna relação de produção capitalista. Tomando como referência dois pensadores contemporâneos para compreendermos as relações destes temas com a questão da autonomia, pudemos identificar neste processo a enorme relevância dos dois conceitos concebidos por Marx para uma abordagem da temática da autonomia, que não prescinde, no entanto, da devida consideração de outras fontes como contribuições para uma mais abrangente análise do tema em questão.

Palavras-chave: Alienação; Fetichismo; Autonomia.

* Artigo recebido em 08/03/2018 e aprovado para publicação em 28/06/2018.

** Mestrando em Filosofia pela FAJE.

Abstract

This article refers to a synthesis on the themes of alienation and fetishism in Karl Marx, aiming to understand their relations with the theme of autonomy in the contemporary world, as well as its necessary relation with the ethical matter. It was necessary, in the light of Marxian thought, to unravel the meanings of alienation and fetishism, both signifying remarkable changes introduced by the modern capitalist production relation. Taking as reference two contemporary authors to understand the relationship of these themes to the question of autonomy, we could identify in this process the enormous relevance of the two concepts conceived by Marx for an approach to the theme of autonomy, which does not, however, require other sources as contributions to a more comprehensive analysis of the topic in question

Keywords: Alienation; Fetishism; Autonomy.

1. Introdução

Desde a publicação, em 1932, na então União Soviética, dos textos escritos por Karl Marx em 1844, conhecidos desde então como os *Manuscritos de Paris* (que receberam no Brasil o título de *Manuscritos econômicos-filosóficos*), uma controvérsia estabeleceu-se dentre os estudiosos a respeito do lugar a ser atribuído a tais textos dentro do sistema geral fundado por sua obra.

Segundo István Mészáros (2006), enquanto alguns sustentaram que o “jovem Marx” deveria ser tratado separadamente, porque enxergaram uma nítida ruptura entre o pensador que trata dos problemas da alienação e aquele Marx “já maduro” que aspirava a um socialismo científico, diversos estudiosos, entre eles o próprio autor referido, com sua profícua análise da teoria da alienação, vão mostrar que há, na verdade, uma identidade básica entre as primeiras abordagens de Marx e seus trabalhos posteriores, não se sustentando as afirmações de que a alienação tenha desaparecido dos trabalhos posteriores de Marx ou mesmo sido tratada nestes com certa ironia.

1.1 Gênese, premissas, desenvolvimento, estratégia metodológica, e elaborações iniciais

Partindo-se da premissa de que uma abordagem da teoria da alienação em Marx deve ter em seu cerne esta tal como é apresentada nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, mas sem perder de vista que seria caricato e mesmo grosseiro tentar reconstituir a obra deste a partir dos textos de 1844, ou tratá-los como textos isolados dentro do pensamento geral de Marx, procedimento este que solaparia a própria unidade e coerência deste mesmo pensamento (MÉSZÁROS, 2006), exporemos, ainda que de modo perfunctório, os elementos fundamentais de dois dos conceitos fulcrais do pensador e ativista germânico, passando então a expormos as ideias do autor húngaro já referenciado sobre a significação contemporânea do primeiro destes conceitos, dando-se ênfase à questão da autonomia individual abordada no bojo da mesma, cotejando-a após com a visão geral de Cornélius Castoriadis (1922-1997) sobre o tema da autonomia, tecendo após algumas considerações que entendemos pertinentes para, por fim, passarmos à nossa conclusão.

Tal abordagem foi germinada partindo-se da questão proposta por José Arthur Giannotti, em seu *Marx – Vida e Obra* (2000) ao indagar se o tema do fetiche seria uma nova dimensão da alienação do trabalho elaborado segundo um novo conceito de capital e da gramática própria a partir daí elaborada por Marx.

Comentando as primeiras elaborações teóricas e práticas produzidas por Marx, o filósofo brasileiro (GIANNOTTI, 2000) após chamar a atenção para o cuidado que se deve ter para não se identificar o conceito de intercâmbio (*Verkehr*) àquele de relação social de produção, que será desenvolvido posteriormente, já então dependente da nova lógica conferida ao capital por Marx, vai identificar nos textos iniciais do autor por ele estudado que este localiza então na divisão do trabalho o “pecado original” que nega a universalidade específica do homem, concluindo assim que é através deste mecanismo que “ cada trabalhador se perde no produto de seu trabalho, entra em conflito com aqueles que se apropriam do trabalho morto inscrito nesse mesmo produto ” tornando-se assim alienado até “que consiga organizar-se em classe consciente de si, tornando-se capaz de promover sua própria liberação.” (GIANNOTTI, 2000, p. 41)

Distinguímos nitidamente neste trecho as noções axiais da alienação em Marx, estando então ligada aos conceitos de intercâmbio e de divisão do trabalho, que consiste, em linha gerais, no fato do trabalhador, mediante esta mesma divisão do trabalho inerente à produção mercantil, ser separado continuamente do fruto de seu trabalho tão logo o produz por meio deste. Tão importante quanto isto, a este abandono se somará outro, que é o dele mesmo se separar de sua própria essência neste processo, tornando-se então dissociado de si e dos outros, pessoa, portanto, alienada, inconsciente do seu processo mesmo de alienação e da alienação dos demais trabalhadores, igualmente alienados, até que se organizem e se tornem “classe consciente de si”.

Segundo ainda o autor brasileiro¹ há um esquema encontrado tanto na juventude quanto na maturidade de Marx (se filiando, assim, à corrente que postula a continuidade teórica entre ambas), quais sejam, aquele do tema da *essência genérica do homem (universal abstrato)* que desembocará no comunismo (*universal concreto*).

Giannotti (2000) desenvolve o raciocínio segundo o qual Marx, no início, tendo no seu horizonte a dialética do conceito (especialmente a dialética hegeliana do senhor e do escravo) e também a moderna sociedade mercantil (vista por ele como de tal forma clivada pela divisão do trabalho que as ações dos agentes individuais passam a ser necessariamente regidas e coordenadas pela *mão invisível do mercado*, tornando sem sentido suas ações), é levado então a reformular tal tópico da concepção de Adam Smith, a fim de adequá-la aos parâmetros da lógica hegeliana do Conceito.

Esta adequação levará a uma visão segundo a qual “a congeminção das ações singulares num mecanismo objetivo, alheio às intenções dos indivíduos” resultará num “processo de dominação e alienação dos homens” (GIANNOTTI, 2000, p. 42). É aqui, destarte, que o autor vai indagar se o processo de alienação do trabalho não teria sido metamorfoseado no conceito de fetiche quando da aceitação integral de Marx à crítica de Davi Ricardo à teoria de Adam Smith a respeito do valor trabalho, para então emendar a problemática a partir da qual se originou o presente estudo.

Para além da indagações específicas a respeito do pensamento de Marx feitas por J. A. Giannotti, cujos instrumentos teóricos que possibilitariam a resolução (ainda que parcial e relativa) da questão fogem-nos ao alcance, pois demandaria um conhecimento sistemático e minucioso de praticamente toda a obra de Karl Marx e de seus principais intérpretes, e considerando-se ainda não ser este o desiderato desse trabalho, teremos como premissas admissíveis tanto a continuidade entre os primeiros escritos, destacadamente dos Manuscritos de 1844 com o restante da obra de Marx, conforme explicitado no introito, quanto o desaguamento da teoria da alienação no tema do fetiche, sugerido por Giannotti como possibilidade plausível de interpretação, a fim de passarmos depois a expor as reflexões de István Mészáros sobre os reflexos desta alienação na contemporaneidade (segundo a visão, pois, de um dos expoentes do pensamento marxista) e, mais especificamente, sobre o tema da *autonomia individual*, fazendo-a interagir dialogicamente, após, com pequenos tópicos da obra de Cornelius Castoriadis (que, não obstante divergir em parte do pensamento marxista, o conhece) onde tal tema ocupou espaço privilegiado de reflexão, para então fazer emergir certas ponderações e a conclusão a que chegamos no refletir sobre os temas abordados, sem prejuízo de

¹ Na juventude ou na maturidade por certo encontraremos o mesmo esquema pelo qual um universal abstrato, a essência genérica do homem, há de converter-se, graças à negação e alienação, provocadas pela divisão social do trabalho, e à atividade regeneradora do proletariado, no universal concreto do comunismo (GIANNOTTI, 2000, p. 41).

pretendermos também que tal método e o conteúdo obtido com ele possam servir de veios de problemáticas ainda mais férteis.

2. Alienação e fetichismo em Marx

2.1 Alienação em Marx

Acercando-nos já do tema da alienação no pensamento de Karl Marx, urge que tenhamos em vista que o trabalho, para este, como já ventilado, ainda que em termos necessariamente gerais e esquemáticos, não é uma expressão qualquer da vida humana, mas tem uma posição privilegiada na mesma, pois o trabalho deve ser entendido como exteriorização do ser (do homem), objetivação da *essência humana*, entre outros motivos, porque é sobretudo através da capacidade de transformar seus esforços em satisfação de suas necessidades que ele vai transformar também a natureza e a ele próprio através de sua atividade projetada.

Assim, o homem vai se diferenciar dos outros animais fundamentalmente porque, não obstante estes consigam, também, através de seus esforços, suprir suas necessidades, não podem jamais conceberem um projeto para tanto e realizar este projeto, assim como também não podem, como o homem, através de um processo dialético, modificar continuamente este projeto, em seu formato e conteúdo, a fim de adequá-lo às condições materiais de fato existentes em determinado tempo e local, se modificando também neste processo.

Há ainda que se considerar que o homem é um ser que traz em si a natureza, sendo também capaz de fazer da mesma seu objeto, adequando-a refletidamente às suas necessidades, já que a mesma é condição concreta de sua existência. Logo, como preleciona Sobral, “o homem faz da atividade de produzir a sua vida, da atividade vital, um objeto da vontade e da consciência” (2005, p. 102).

E é este trabalho, tão potencialmente criativo e criador, que espelha mesmo a *substância ontológica humana*, imbricada à compreensão de sua crucial ligação com a atividade produtiva, que serão os pontos exordiais de Marx em sua perscrutação dos motivos e formas pelos quais o homem é degradado no modo de produção capitalista, onde restarão alienados tanto ele do produto de seu trabalho quanto de si mesmo.

Nos termos usados por Mészáros (2006, p. 39, grifos do autor): “A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da *vendabilidade* (...) pela conversão dos seres humanos em *coisas*, para que eles possam aparecer no mercado”. Prossegue o mesmo aduzindo que isto resultará numa dilaceração do sujeito e numa fragmentação da sociedade que resultará em “sujeitos isolados” perseguindo seus próprios interesses,

em busca de suas necessidades egoístas, e fazendo desta uma virtude em “seu culto da privacidade”.

Esta degradação é retratada por Marx nos *Manuscritos de Paris* com enfática virulência², não obstante ele se negue a resvalar para um moralismo vago ou para exortações voluntariosas, antes revelando uma genuína preocupação humanística com aquilo que via à sua volta e com aquilo que julgava antever no futuro, assim como propondo modos pelo qual o homem pudesse se liberar desta situação.

Seguindo a trilha aberta por Mészáros (2006) ao nos trazer o quadro conceitual da teoria da alienação e levando em conta suas advertências de que tanto os aspectos históricos quanto os sistemáticos-estruturais da problemática serão perscrutados por Marx nos Manuscritos de 1844, fato que constituirá uma dificuldade adicional àquelas já inerentes a um texto *in status nascendi* e às complexidades mistificadoras do tema em análise, deveremos primeiramente nos deter na constatação do abismo que Marx enxerga entre a filosofia e as ciências naturais. Ele vai criticar tanto a primeira, por ser “especulativa”, quanto a segunda, por ser “abstratamente material” e “idealista”, sendo assim ambas manifestações do mesmo estranhamento, opondo às mesmas seu ideal de “ciência humana”, de síntese completa, não fragmentada e integrada com a vida real, cujo ponto de vista será o ideal do homem não-alienado e de suas necessidades reais.

Sendo, ainda segundo Mészáros (2006), a estrutura da produção científica a mesma da atividade produtiva em geral, e sendo o papel das necessidades e preferências sociais tão importantes na redução do infinito ao finito, numa sociedade alienada, cujas necessidades serão forçosamente alienadas, o homem será cada vez mais sujeitado aos instrumentos de sua própria criação, como se dá, *v.g.*, no caso da crescente automação, cujos problemas não podem ser considerados senão como questões tanto científica quanto social. Noutro giro, a filosofia expressará uma alienação tanto em relação à prática quanto em relação a outros campos teóricos, como a economia política. Ambas representarão, assim, as duas faces de uma mesma moeda: a auto-alienação do trabalho manifestada no modo de produção que Marx e Engels irão caracterizar mais tarde como condição inconsciente da humanidade.

2.2 - Fetichismo em Marx

² Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (*Wirklichkeit*), ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] de trabalhadores (MARX, 2010, p. 28).

Já a exposição do conceito de *fetichismo* aparecerá como conceito mais rigoroso na quarta secção do capítulo primeiro de *Das Kapital*, não obstante Édil Guedes (2014) nos informar que o termo *fetisch* e seus derivados já aparecem em escritos anteriores de Marx, vindos a lume apenas postumamente, sendo ainda que o professor mineiro vai demonstrar o emprego da noção da mesma (de forma explícita ou implícita) em diversos escritos, já com os contornos atribuídos por Marx na crítica da forma capital da sociabilidade e seus momentos.

A tese geral de O Capital, já presente nos primeiros escritos econômicos de Marx e no Manifesto Comunista, no seguro magistério de Isaiah Berlin (2014) assenta-se em três pressupostos fundamentais, dentre os quais um é o conceito de fetichismo da mercadoria³.

Marx, em O Capital, vai iniciar sua análise sobre o fetichismo da mercadoria constatando a trivialidade da mesma mercadoria, sendo que ela “é qualquer objeto que numa economia de mercado incorpora trabalho humano para o qual existe uma procura social” (BERLIN, 2014, p. 211) para depois lhe atribuir, quando de uma análise mais minuciosa, um caráter “místico”, “enigmático”, “misterioso”, dizendo ainda que esta possuiria “sutileza metafísica” e mesmo “manhas teológicas” (MARX, 1983, v. I).

Constata então que o “caráter místico” da mercadoria não provém de seu valor de uso ou do conteúdo de suas determinações de valor, pois, primeiro, por mais que se diferenciem as atividades produtivas, elas são sempre fruto do organismo humano e exigirão dispêndio de uma ou de mais funções deste mesmo organismo. Segundo, porque nos diferentes estágios de desenvolvimento da produção, a duração do dispêndio de trabalho já não mais se prestará a determinar a base da grandeza do valor das mercadorias, pois, “tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social” (MARX, 1983, v. I, p.70).

O caráter fetichista da mercadoria provem então na verdade “do caráter peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1983, v. I, p. 71).

Aprofundando sua análise de tais passagens da obra de Marx, Guedes (2014) vai tornar claro como o ineditismo da economia mercantil (que lhe confere natureza igualmente fetichista) vai representar-se então necessariamente objetividade material, por meio de inversões, sendo que a própria mercadoria figurará assim como um *símbolo invertido*, onde não

³ (a) que a economia política [...] (b) que é, por conseguinte, não uma ciência de objetos inanimados – mercadorias – mas de pessoas e das suas atividades, a ser interpretada em termos de regras que governam uma economia de mercado capitalista e não leis pseudo-objetivas fora do controlo humano, como as da oferta e da procura, que governam os objetos naturais [...] perante a qual todos se devem curvar, visto que são impotentes para a alterar – esta ilusão, ou “falsa consciência”, é aquilo a que se chama “fetichismo da mercadoria” [...] (BERLIN, 2014, p. 210-1).

será o objeto que receberá atributos humanos, mas ao contrário, a humanidade aparecerá como predicado do objeto.

Como no mundo da religião, onde o homem cria seres imaginados que teriam vida própria, “o fetichismo da mercadoria é produção fantástica que faz com que ela, a mercadoria, pareça possuir um valor em si”. (TROTTA, 2016, p. 141). Por isso aparecerão “as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas”. (MARX, 1983, v. I, p. 71).

3 - Alienação e fetichismo: seus reflexos no tema da autonomia na contemporaneidade

3.1 - Alienação e seus reflexos na autonomia individual moderna, segundo a concepção de Mészáros

A partir da apresentação, ainda que esquemática e geral, dos temas da alienação e do fetichismo em Marx, de modo a formarem um entendimento prévio, interessa-nos agora a exposição de pontos importantes da primeira parte do capítulo IX (Indivíduo e Sociedade) de A Teoria da Alienação em Marx (MÉSZÁROS, 2006), notadamente os trechos em que o autor vai expor suas considerações sobre o tema da *autonomia individual*.

Partindo da noção aristotélica de que há no ser humano um instinto social que lhe foi dado pela natureza, o autor vai constatar a perda desta noção com a evolução capitalista e com as teorias modernas que se seguem à mesma. Segundo o mesmo: “No momento em que alcançamos o século XX, o que adquire a ‘santidade de um dogma’ é a crença de que a ‘liberdade’ é inerente – como se fosse um ‘direito natural’ – ao indivíduo isolado.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 234-5).

Observando que essa ênfase na liberdade *individual*, em menor dimensão, pode ser observada em outras épocas, sua hipótese é de que ela cresce à medida em que dada sociedade consegue uma menor “dependência direta da natureza”, como se dá com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, “implicando a realização da liberdade individual em sua universalização formal.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 236).

É a partir deste raciocínio que ele vai afirmar haver um culto moderno da “autonomia individual”⁴, onde um enganoso senso de autonomia do

⁴ A relativa liberação do homem em relação à sua dependência direta da natureza é realizada por meio de sua ação *social*. No entanto, devido à reificação das relações sociais de produção, tal realização surge numa forma alienada: não como uma independência relativa da necessidade *natural*, mas como uma liberdade em relação às

indivíduo, numa abstração de suas relações efetivas com a sociedade, representará esta como polo positivo da moral, e suas relações sociais como meras negatividades. Segundo ele: "A realização egoística é a camisa-de-força imposta ao homem pela evolução capitalista, e os valores da 'autonomia individual' representam a sua glorificação ética". (MÉSZÁROS, 2006, p. 237).

Nesta ética, prossegue Mézáros (2006), o conceito de "natureza humana" (que seria um puro reflexo mistificado, dessocializado da "lei natural" do capitalismo nas relações de "individualidades autônomas") serviria apenas para tornar absolutizado, tal qual como se fosse uma metafísica inevitável, uma ordem social que mantém os homens num estado de solidão, opondo-os ainda como antagonistas e submetendo-os aos seus "apetites artificiais" e aos "domínios das coisas mortas sobre o homem".

Com a publicação de *O Mundo como vontade e representação*, por Shopenhauer, Mézáros (2006) entende que inicia-se uma orientação que vai passar a ser dominante no que denomina de "filosofia burguesa moderna", que passará a louvar a ociosidade contemplativa, sendo que tal linha partiria do autor mencionado por ele até Kierkegaard, passando por nomes expressivos do pensamento ocidental moderno, como Ortega y Gasset e Hannah Arendt, entre outros, que teriam levado a idealização da autonomia individual ao extremo.

Conclui afirmando: "A desvalorização da *vita activa* e a idealização da 'autonomia individual' – ao ponto de opô-la à 'liberdade' – pertencem ao mesmo processo de alienação." (MÉSZÁROS, 2006, p. 240).

3.2 – O tema da autonomia na concepção de Castoriadis

Conforme adiantado alhures, o tema da autonomia ocupa posição de destaque no pensamento de Cornelius Castoriadis, já incorporadoras as decisivas contribuições da psicanálise e de outros conhecimentos que vieram a lume, e pressuposto o fator do desenvolvimento da sociedade capitalista, mas também o que resultou da experiência do que foi denominado de socialismo real, não se isolando o tema, jamais, das condições reais dadas⁵ numa determinada sociedade e época, com o qual a autonomia individual interage necessariamente.

limitações das relações e laços *sociais*, como um culto cada vez mais intenso da *autonomia* individual". (MÉSZÁROS, 2006, p. 237, grifos do autor).

⁵ "A autonomia não é a liberdade cartesiana, menos ainda a sartriana, a fulguração sem engajamento. A autonomia no plano individual significa o estabelecimento de uma nova relação entre o eu e seu inconsciente, não para eliminar este último, mas para conseguir filtrar a parte dos desejos que passa nos atos e palavras. Esta autonomia individual tem pesadas condições instituídas" (CASTORIADIS, 2002, p. 254).

No autor em tela, a autonomia é pensada como criação, sendo caracterizada como um movimento de interrogação individual e coletiva sobre o instituído, o que vai permitir que o indivíduo possa deliberar sobre sua própria vida, conjugando liberdade com responsabilidade. Nesta concepção, a autonomia é um tipo de criação particular indissociável da democracia e da filosofia, sendo estes três conceitos complementares, ou “co-significantes”. (CASTORIADIS, 1992).

Cabe notar que na sua concepção a filosofia é indissociável de sua vertente social-histórica, pois: “A filosofia é uma atividade reflexiva que se desenvolve ao mesmo tempo livremente e sob pressão de seu próprio passado. A filosofia não é acumulativa – mas é profundamente histórica”. (CASTORIADIS, 1992, p. 244). Assim Castoriadis vai afirmar peremptoriamente que é impossível se compreender a mesma “sem levar em consideração o seu lugar central no nascimento e no desenvolvimento do projeto social-histórico de **autonomia** (social e individual). ” (CASTORIADIS, 1992, p. 246, grifo nosso).

Discorrendo sobre o que denominou de “retorno da ética” depois de quase dois séculos – desde Kant – Castoriadis (2002) vai observar que este retorno se dá a partir de três principais vetores, quais sejam:

- a) Os séculos XIX e XX poderiam ser qualificados como os séculos da política;
- b) A partir de determinado período, a tecnociência vai parecer incontestável;
- c) A crise geral das sociedades ocidentais, notadamente a crise de “valores”.

O autor grego vai notar que a partir de então percebe-se uma nítida rejeição da política, ou pelo menos da chamada grande política e simultaneamente uma procura por uma ética que poderia guiar, senão a ação, pelo menos os atos e comportamentos singulares.

É a partir destas análises que o autor, ainda que compreendendo o horror a tudo que significou os totalitarismos, vai propor sua crítica ao que considera que seja um “esquecimento” que tal aversão à política encobre, qual seja, a de que nós “(...) não somos indivíduos que flutuam livremente acima da sociedade e da história, indivíduos que poderiam decidir soberanamente no absoluto o que fariam, de que modo o fariam (...)” (CASTORIADES, 2002, p. 242). Destarte, ainda que não sejamos *determinados* por nosso meio, somos sim *condicionados* por ele, não existindo, pois, determinações de nossos atos, mas sim determinações de nossas condições, sendo que estas não são externas. (ibid.).

Continua ele afirmando que, obviamente, não podemos determinar muitas das circunstâncias em que nascemos (época, qualidade dos pais, entre outras), mas que as instituições da sociedade podem ser questionadas e mesmos transformadas, a fim de permitirem uma maior autonomia humana (ibid.).

Mais adiante o mesmo vai constatar serem insuficientes os fundamentos éticos tradicionais, sejam religiosos ou filosóficos, para concluir que: "Nenhuma regra abstrata, nenhum mandamento universal com um conteúdo concreto, pode nos livrar da carga e da responsabilidade de agir". (CASTORIADIS, 2002, p. 245).

4 - Conclusão

As dimensões dos impactos, em todos os campos (políticos, históricos, sociais, culturais e filosóficos, entre outros) do advento e evolução da economia mercantil capitalista foram e continuam a ser imensuráveis, mesmo porque se desdobram na atualidade com vigor renovado. Guardadas as devidas proporções, o mesmo também se deu com a obra de Karl Marx. Sobre os desdobramentos teóricos e práticos desta (um e outro não se separam na obra do autor), seria despiciendo sequer se tentar delinear-los, pois quanto a isto há bastante material produzido e a produzir com esta finalidade específica, e fazê-lo de modo gratuito somente geraria confusão e incompletudes que desfigurariam sua sistemática e também seus impasses, assim aviltando-se, de certa maneira, todas as esperanças e tragédias que semeou, bem como também os amores, os ódios e outras paixões, muitas delas de consequências fatais, que acendeu e de certa forma ainda acendem em diversas épocas e lugares.

Pode-se, porém, com presumível certeza, dizer-se que os efeitos da obra de Marx ainda não se esgotaram, pois como afirmou Jacques Derrida, antes mesmo da crise de 2008: "Na ocasião em que uma nova desordem mundial tenta instalar seu neocapitalismo e seu neoliberalismo, denegação alguma consegue desembaraçar-se de todos os fantasmas de Marx". (1994, p.57-8).

Ao lado destes impactos acima mencionados, outros acontecimentos marcantes na história e no pensamento da humanidade ocorreram desde então, gerando profundas mudanças na primeira e no segundo, e na interação entre ambos, como, para citar apenas dois destes acontecimentos, as duas grandes guerras e o surgimento da psicanálise e suas profícuas investigações, fazendo com que fossem abalados muitos dos pilares nos quais se ancoravam praticamente todas as principais certezas da humanidade, não havendo porque se acreditar que não se modificaria também a compreensão do tema da autonomia humana, agregando-se à mesma outras contribuições e pressupostos.

Somente pessoas e grupos dominados por preconceitos ideológicos muito arraigados poderiam deixar de dar importância ao pensamento de Karl Marx, possuidor de uma vasta gama de tentáculos que se desdobram nos âmbitos da filosofia, da economia, da sociologia, da história e de outros ramos importantes do conhecimento humano.

Dentro deste mesmo pensamento, merecem destaque, dada suas muitas implicações, os temas da alienação e do fetichismo da mercadoria (e da própria sociedade mercantil) na obra de Marx, sem as quais uma abordagem do tema da autonomia seria descontextualizada de algumas de suas características sociais e históricas mais importantes.

Lado outro, uma abordagem que vislumbre toda a temática da autonomia sob o prisma de uma visão marxista ortodoxa, como a de István Mészáros, não obstante possa nos alertar para os perigos de se compreender a autonomia humana como temática a ser considerada apenas sob o aspecto individual, peca por reduzir demasiadamente a questão, como se a mesma tivesse toda sua dimensão advinda das relações de produção de uma dada sociedade, e reduz muito o grau da importância dos pensamentos e das atividades humanas individuais voltadas a expandir esta mesma autonomia, ao propor que estas e aqueles não passariam de filosofia burguesa moderna alienada, ou decorreriam de egoísmo, tão somente.

Aliás, esta característica de valorização da autonomia e de suas implicações éticas, que Mészáros (2006) vai localizar a partir de Shopenhauer, passando daí a outros filósofos modernos, tem raízes mais antigas e profundas, conforme nos esclarece Henrique Cláudio de Lima Vaz⁶ (que a localiza desde Descartes), sendo oportunas no entanto suas reflexões no sentido de apontar exageros em certas posturas intelectuais que tentam desvincular totalmente a questão da autonomia individual da social, sendo que a mesma crítica também é feita por Cornelius Castoriadis em suas reflexões sobre o tema, conforme explanado.

Este último autor, em vários de seus textos, não desconsidera outras contribuições que se somaram para uma melhor abordagem da questão da autonomia, além da análise das relações de produção numa dada sociedade, notadamente aquelas aventadas pela psicanálise, que vão imbricar no problema tanto questões individuais quanto histórico-sociais, no fundo indissolúvelmente ligadas, tanto que irá afirmar em um destes textos que o fim da psicanálise se consubstancia no projeto de autonomia, sofrendo e implicando essa em diversas influências das e nas instituições humanas.

Destarte, devemos pontuar uma importante questão que foi apenas esboçada quando mencionamos que o presente trabalho se originou da afirmação de José Arthur Giannotti segundo a qual há sempre em Marx a ideia de *universais abstratos (essência humana)* que vai desaguar num *universal concreto (comunismo)*. Pois são as noções mesmas de *absolutos, universais* e outras generalidades do tipo que são fortemente questionadas na contemporaneidade (em especial, mas não apenas nesta). Ainda que

⁶ A Ética moderna é, assim, uma Ética constitutivamente autonômica ao fazer do sujeito, em última instância, o legislador moral, em contraste com a Ética clássica, essencialmente ontonômica, pois nela o ser objetivo, mediatizado pela "reta razão" (*orthòs logos*) é a fonte da moralidade. (VAZ, 2003, p. 126-7).

não nos alonguemos no tema, que poderia ser objeto de outros trabalhos, a análise crítica de termos como *essência humana*, por exemplo, levaria a uma fecunda problemática, posto que, partindo-se do pressuposto de que exista (alguns autores respeitáveis a negam), tem de ser examinada considerando-se que esta possuiria então tanto a sociabilidade aristotélica quanto a *pulsão de morte* freudiana, para ficarmos apenas em dois de seus prováveis elementos, admitindo-se que a mesma exista *de per si*.

A título de ilustração, podemos reproduzir o comentário de Paul Veyne sobre a frase de Michel Foucault (que tantas controvérsias levantou) que encerra *As Palavras e as coisas*, dizendo que o interesse sobre o homem um dia se apagaria, tal qual como um rosto desenhado na areia de uma praia: "A frase fatal de Foucault significava simplesmente que se podia dizer de que o homem era *feito*, mas não interrogar o 'ser do homem' como Heidegger (...) ou sua interioridade como Sartre (...)". (VEYNE, 2014, p. 77, grifo do autor).

Estes questionamentos (e, mesmo, desconfiança) a respeito de noções gerais como a de *absolutos, universais, essência humana* e outras, não se deram por uma espécie de dandismo moderno, mas nasceram em grande parte dos destroços dos acontecimentos da história humana, em especial do último século; dos horrores de suas guerras, holocaustos, *gulags, programs*, totalitarismos e de outras formas variadas de opressões e dominações de uns sobre outros (que prosseguem), decorrendo, pois, da experiência humana concreta, que ensinou que todas estas formas de opressões e até de extermínio sempre se nutriram de noções vagas (portanto, maleáveis) como estas, ainda que embaladas sob os ideais da suposta *redenção do homem*, que guardavam na verdade desprezo pelos homens (e mulheres) em suas singularidades, para tentar limitar a autonomia humana ao mínimo possível, ou mesmo para tentar extirpá-la completamente.

Podemos assim concluir afirmando ser imprescindível atentarmos-nos para o fato de que as ferramentas ofertadas por Karl Marx quando da sua concepção de alienação e fetichismo serem utilizáveis com proveito numa abordagem da questão da autonomia humana, não bastando, porém, para uma adequada compreensão da temática, o que demandará o emprego de outros conhecimentos, a fim de ser melhor refletida e efetivamente colocada à disposição daqueles que almejam uma maior expansão e qualificação desta mesma autonomia, tanto individual quanto social, considerando-se que são reciprocamente interdependentes.

Referências Bibliográficas

BERLIN, Isaiah. Karl Marx. Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto, v. IV: A ascensão da insignificância. Trad. Regina Vasconcelos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto, v. III: O mundo fragmentado. Trad. Rosa Maria Boaventura. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DERRIDA, Jacques. Espectros de Marx: o estado de dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Trad. A. Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GIANNOTTI, José Arthur. Marx - vida e obra. Porto Alegre: L & PM, 2000.

GUEDES, Édil. A economia como sistema de representação em Karl Marx. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2014.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Capital, v. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, Istvan. A teoria da alienação em Marx. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

SOBRAL, F. A concepção circular de homem em Marx: um estudo a partir dos Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. São Paulo: Nojosa Ed., 2005.

TROTTA, Wellington. Cinco ensaios sobre o conceito de ética no pensamento de Marx. Curitiba: Ed. Prismas, 2016

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Ética, direito e justiça *in* Direito e Legitimidade. Org. Jean-Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003.

VEYNE, Paul. Foucault - Seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.